

Robert William, Fogel

The Slavery Debates. A retrospective 1952-1990

Louisiana State University, Baton Rouge, 2003

Maciel Santos

Para ilustrar o volume do campo científico de que se propõe fazer um balanço, Fogel sugere uma pesquisa das palavras “*slavery*”, “*anti-slavery*”, “*abolition*” e “*slave trade*” no catálogo on line de livros da Biblioteca do Congresso Americano. Constatado o super - afluxo dos anos 1960, a pesquisa deverá também incidir sobre as recensões e notas de leitura que as revistas científicas - the “*New York Review of Books*, *the New York Times Book Review*, etc. se viram obrigadas a dedicar-lhe regularmente. E para ser realmente exaustiva deverá também incluir, a partir da segunda metade da década de 1970, os semanários de actualidades (*Time*, *Newsweek*), as entrevistas e os programas televisivos com as novas autoridades da área. Deste conjunto sai facilmente a explicação para o êxito alcançado pelo conhecido tele-folhetim *Roots*, realizado a partir do *best seller* com o mesmo nome de Alex Halley, numa altura em que o terreno tinha já sido suficientemente desbravado para o grande público.

Não constituindo portanto uma novidade nos Estados Unidos, a temática da escravatura continuou a registar uma considerável produção bibliográfica durante as décadas seguintes. Como entretanto a pesquisa se estendeu aos países da América Latina, a relativa perda de velocidade da produção norte-americana não foi suficiente para impedir que este campo continuasse um dos mais prolixos da historiografia contemporânea.

Como explicar este movimento e qual foi o seu legado, são os dois objectivos do ensaio de Fogel.

I – A gênese do revisionismo

O ensaio começa de modo quase auto-biográfico, contextualizando o ambiente acadêmico dos anos 1950 nos EUA. Sendo a escravatura um dos factores explicativos da guerra civil americana, é evidente que o debate sobre as sociedades escravagistas do Sul remontava ao século XIX. No entanto, foi no pós-guerra que se reuniram as condições históricas para rever de alto a baixo o que até então aparecia como conclusões estabelecidas.

Principal causa dessa revisão: o paradoxo entre a ideologia igualitária dominante nos EUA (sistematizada durante a guerra nas instâncias oficiais para se opôr à ideologia racista do nacional-socialismo) e a prática segregacionista dos *Southern States*. Este paradoxo, que remontava igualmente ao fim da Guerra Civil, acentuara-se com o regresso da Europa dos militares afro-americanos, com o movimento dos Direitos Civis, e com a conjuntura das descolonizações europeias. Mais do que nunca, a *intelligentsia* norte-americana se sentia compelida para legitimar cientificamente o anti-racismo, e daí que uma nova geração de investigadores se tenha lançado contra as ideias feitas do abolicionismo tradicional. O alvo era exactamente esse, o abolicionismo tradicional – tanto o de base religiosa como o laico, iniciado por Ulrich B. Philips em *The American Negro Slavery*, 1918 – visto que tinha sido o principal responsável pela difusão de, pelo menos, três preconceitos racistas:

1) que na época da abolição a escravatura já era um sistema não rentável devido à baixa produtividade do trabalho escravo;

2) que sendo a sociedade escravagista dominada por valores pré-capitalistas (a vontade de poder, a honra, etc.), produzia comunidades clientelares incompatíveis com a racionalidade moderna: os senhores de escravos eram patriarcas fora de tempo e os escravos tinham interiorizado uma completa inversão de valores, transformando em virtudes vícios como o servilismo, a mentira, a fraude, etc.

3) que estando a escravatura condenada historicamente, a sua sobrevivência tardia fora a causa do atraso sócioeconómico dos Estados do Sul relativamente aos do nordeste.

Assim, um estímulo ideológico -usando a expressão de Fogel, “*a moral choice*” – teria levado a combater a versão idilizada de uma sociedade escravagista mas paternalista, na qual se identificava o trabalho africano com um factor de subdesenvolvimento.

Fogel não o faz mas pode estabelecer-se algum paralelismo com a evolução da historiografia sobre a escravatura no Brasil, onde o debate começara igualmente durante o abolicionismo do século XIX. Também aí se tinham depois imposto teses paternalistas, enquadradas por estereótipos raciais, (Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, 1933), que fizeram escola durante mais de uma década. De facto, não é forçado apresentar Freyre como o equivalente brasileiro de Philips em vários aspectos, tanto nos progressos como nos impasses por que foi responsável. Freyre teve o mérito de chamar a atenção para a importância do trabalho escravo e para o papel dos africanos na formação de uma cultura brasileira mas, tal como Philips, sobre valorizou os elementos pré-capitalistas da sociedade escravocrata. Assim, a visão clientelar da comunidade de engenho, que o luso-tropicalismo via como o prolongamento do feudalismo português, tornou-se igualmente um alvo preferencial para a geração de investigadores contemporânea do desenvolvimento getulista.

Em todo o caso, este debate foi praticamente até aos anos 1960 um debate americano, usando aqui a expressão no seu sentido geográfico. Foi nos Estados Unidos, no Brasil e mesmo no Caribe (Eric Williams, *Capitalism and Slavery*, 1943), isto é, nas sociedades do Novo Mundo mais marcadas pela escravatura que o fenómeno começou por se transformar em objecto académico. Tal não aconteceria na Europa – apesar de brilhantes excepções, como a de Gaston Martin, *Nantes au XVIII siècle. L'ère des négriers 1714-1734*, de 1931) - antes dos anos 1960. A explicação também já foi sugerida por muitos: até então, a Grã-Bretanha e a França – para não falar de Portugal – permaneciam metrópoles coloniais. Nestas condições, dificilmente os estudos sobre o tráfico ou a escravatura – que formou um *continuum* compacto com várias modalidades do trabalho forçado em vigor durante o regime colonial – se transformariam em prioridades académicas, pelo menos a nível institucional. A explosão que praticamente se deu na historiografia europeia da década de 1970 parece confirmá-lo.

Alargando assim a retrospectiva exclusivamente norte-americana de Fogel, esta torna-se mais verosímil: foi de facto uma nova correlação de forças, tanto nas sociedades americanas como no mundo, que forçou a primeira grande revisão da história da escravatura moderna.

II – O legado do revisionismo

Nos EUA, o ataque em regra a Philips começou com o livro de K. Stamp, *The Peculiar Institution*, 1952, e centrou-se sobre o preconceitos 1) e 2) enumerados acima. A escravatura não era necessariamente um fardo para os proprietários de escravos, que para obter lucros tinham comportamentos muito menos patriarcais dos que lhes atribuía a escola de Philips – era antes, para usar uma expressão de K. Stamp, “*the most bestial regime that has tarnished America*”. Porém, o maior impacto imediato de Stamp foi a sua demonstração da historicidade dos estereótipos raciais, com os quais se costumava explicar a hierarquia escravocrata. A personalidade dos escravos não tinha interiorizado a famosa inversão dos valores; simplesmente, numa sociedade classista tão opressiva, tinha-os instrumentalizado como tática de sobrevivência. Assim, para compreender uma tal sociedade era necessário ler todas as fontes ao contrário do que tinha feito Philips e ver nos comportamentos servis indícios de resistência passiva, na mentira, uma resistência activa, etc. Em suma, o embrião de uma cultura afro-americana, que muitos outros investigadores em breve iriam desenvolver (nomeadamente a partir de E. Genovese, *The Political Economy of Slavery*, 1965). A recolha sistemática de testemunhos orais de antigos escravos (gravadas nos anos 1920 e 1930) foi fundamental para a redescoberta das, até aí ocultas, “relações informais” da exploração escravocrata.

Neste ponto, seria igualmente interessante desenvolver o paralelismo com o revisionismo brasileiro, no qual uma geração de trabalhos (Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Fernando Novais, etc.) se preocupou em demonstrar que longe de consolidar uma ordem social feudalizante, a escravatura e o tráfico de escravos tinham servido para acelerar a acumulação de capital por parte de uma oligarquia de plantadores e comerciantes europeus e para formar as clivagens de classe da moderna sociedade brasileira

O revisionismo inicial – tanto nos EUA como no Brasil – reinterpretou de modo radicalmente novo as fontes conhecidas mas expressava-se na mesma linguagem qualitativa das teses tradicionais. Para Fogel, a grande revisão ainda estava para vir e viria sob a forma de algarismos. Em 1958, com o artigo “*The Economics of Slavery in the Ante Bellum South*”, Conrad e Meyer estabeleceram as bases de uma nova abordagem metodológica - a cliometria. Por cliometria, Fogel entende “*a aplicação sistemática dos modelos comportamentais (behavioral) das ciências sociais e dos seus correspondentes métodos matemáticos ao estudo da história.*” (p.19). Os cliometras – seja permitido o neologismo – vinham de áreas científicas muito afastadas dos estudos históricos mas não seria por tal que haveria perda. Pelo contrário, Fogel insinua que essa era justamente a qualidade que os punha à vontade para fazerem tábua rasa dos velhos debates. Aliás, para atenuar a divisão entre técnicas quantitativas e historiografia, que as ciências históricas tradicionais hipertrofiavam na época (poder-se-ia ir bem longe tentando descobrir quando terá terminado esta “época”), Fogel nobilita é nobilitar os cliometras estabelecendo-lhes um paralelo com os críticos positivistas alemães. Tanto umas como outras trouxeram metodologias novas para criticar dados antes discontroláveis e para colmatar lacunas de documentação, omissa ou com erros. Adiante se verá que outro tipo de limitações a chamada “*new economic history*” - outra designação possível para esta corrente” – não conseguiu resolver mas, no que respeita ao balanço de três décadas de trabalho (1960-90), parece indiscutível o legado da cliometria.

As suas principais conclusões, que a equipa Fogel-Engerman sintetizou em dois momentos (*Time on the Cross*, 1974 e *Without Consent or Contract*, 1989) foram as seguintes:

1) as plantações escravagistas foram rentáveis e nunca o tinham sido tanto como na década (1850) que precedeu a sua extinção;

2) as práticas de gestão dos plantadores eram verdadeiramente “racionais” e adaptavam-se com facilidade às conjunturas de mercado para maximizar o seu lucro;

3) a produtividade do trabalho agrícola escravo (a “*chain gang*”) era superior – num intervalo entre 9 e 39% (!) - à das explorações do norte que utilizavam trabalho livre (p.30);

4) o Sul dos EUA tinha tido uma taxa de crescimento anual média de 1,7% entre 1840-1860, isto é superior à dos Estados do Norte no mesmo período.

Em resumo, a escravatura não tinha sido destruída por estar decadente e o trabalho escravo não era de modo algum menos produtivo que o trabalho livre, contrariamente ao que muitos repetiam desde Adam Smith.

A aplicação da cliometria não se confinou à econometria. Por exemplo, a interpretação das fontes orais e as dificuldades em conciliar indicadores culturais avulsos foi solucionada com a sistematização estatística de Crawford que, ao analisar as respostas em frequências agrupadas, se pode aperceber do impacto diferenciado do tamanho das plantações. Era muito diferente o mundo das grandes e das pequenas, tanto no que respeita a ritmos de trabalho, alimentação ou unidades familiares. A cultura escrava teve evidentemente de ser reescrita a partir destes novos dados (p.40-42).

Outro campo afectado foi a história do tráfico. Aqui a obra pioneira foi a de P.Curtin (*The Atlantic Slave Trade: a Census*, 1969), que, sintetizando o trabalho de vários pesquisadores, permitiu uma primeira ordem de grandeza fiável para o tráfico transatlântico. Durante as três décadas seguintes, equipas novas completaram e afinaram os números iniciais de Curtin, dando como último resultado o mega CD editado por David Eltis (*The Atlantic Slave Trade: a new Census*, 2004)

Para além disto, que já não seria pouco, a cliometria tornou-se também decisiva ... para os próprios métodos quantitativos. Num belo efeito de ricochete, não só renovou os objectos históricos a que se aplicou como quase se reinventou em contacto com eles. A experiência da aplicação dos métodos quantitativos e a inter-disciplinaridade de que se revestiram numerosos projectos (combinando a demografia, a econometria, etc.) fizeram dos *Black Studies* (expressão por que nas universidades norte-americanas se designam as pesquisas e os centros dedicados às sociedades afro-americanas) não um campo “*soft*” – como inicialmente se pensava – mas um verdadeiro campo experimental “*hard*” para as ciências sociais.

3 - As limitações do legado

Na actual fase do capitalismo, caracterizado pelo domínio dos capitais financeiros, a concepção do mundo como um mercado atemporal tornou-se hegemónica. Tornou-se igualmente hegemónica no universo conceptual das ciências sociais, apesar da vocação crítica destas lhes atribuir (em teoria) uma menor permeabilidade às ideologias dominantes. O caso da “*new economic history*”, aparentemente inatacável em função da sua história de sucessos, é talvez um dos mais espectaculares casos das limitações que este tipo de hermenêutica implica nos nossos dias.

Viu-se acima que duas das suas principais conclusões são que o trabalho escravo proporcionava taxas de rentabilidade acima da média e que o Sul esclavagista estava a crescer mais do que os Estados do Norte. Ambas as conclusões autorizam pois a dizer que, em determinadas condições históricas, a acumulação de capital é, não apenas possível, mas fortemente acelerada pela existência da escravatura. Contudo, para a maioria dos “*new economic historians*”, o capitalismo não é um período histórico. O que aparece como a realidade é a “economia” (*economics*) e a economia é uma realidade neutra, mensurável como qualquer outra. Daqui se segue que, se a economia pôde ser eficiente com o trabalho escravo, isso prova apenas que ela é, como a natureza, amoral. Dito de outro modo, o Bem (abolicionismo) não foi sempre recompensado e o Mal (esclavagismo) não foi sempre punido.

Fogel conclui então que a opção de extinguir a escravatura foi verdadeiramente uma decisão ética, cujos fundamentos justificam um sub-capítulo específico (p. 45-48). Visto que o crescimento económico e a eficiência são possíveis com mais de um sistema institucional, isto é, também com escravos (p.69), *a abolição pertence ao domínio do extra-económico*. O 3º capítulo do ensaio pretende mesmo demonstrar como gradualmente se foi desfazendo o mito da explicação “económica” do abolicionismo na historiografia norte-americana (p.49-62) e como os “*ideological, political, social, or cultural issues*” teriam sido subestimados. Paradoxo vindo de um economista? Não, se nos recordarmos que a “economia” é uma “ciência neutra” e que aqui Fogel quer devolver a palavra à “História”.

Não parece necessário insistir que mudando de postulado – a “economia” como categoria histórica – tudo se altera na descrição: é a acumulação de capital, ou seja, um processo concreto (e não a economia eterna) quem se compatibiliza com o trabalho escravo; é em níveis mais elevados de lucros e rendas (formas históricas do excedente e não na eficiência atemporal) que se observa a superioridade do Sul sobre o Norte, etc.

Contudo, não se trata de um simples jogo de conceitos. A escravatura atemporal não corre o risco de contaminar a gênese do capitalismo, e ainda menos a gênese dos mercados americanos. Vendo-a como um atavismo descartável (por opções extra-econômicas) e não como um elemento estrutural, não precisamos de refazer a ordem mundial que, segundo uma síntese recente (K.Bales, *Gente descartável*, 2001) conta... com nada menos de cerca de 27 milhões de escravos actuais.

Em todo o caso, Fogel tem razão, a “economia” até agora tem podido crescer com eles.